

OPINIÕES ALÉM DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, AS MUDANÇAS NO PDU VÃO PASSAR AINDA PELA APROVAÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES

Moradores de área nobre querem limitar comércio em bairros

Eles prometem protestos e ações judiciais, caso certas alterações constem no novo PDU

JUSSARA BAPTISTA
jbaptista@redgazeta.com.br

Moradores de áreas residenciais nobres de Vitória estão dispostos a acionar até a Justiça para manter a restrição a comércios nas regiões. Além de abaixo-assinados e protestos, ações judiciais não foram descartadas, caso o que hoje são sugestões passem a integrar o novo Plano Diretor Urbano (PDU).

Quem reside na Ilha do Frade, na Ilha do Boi, em Morada de Camburi, na Mata da Praia, na região da Pedra da Cebola, em Santa Cecília, em Fradinhos, no Bairro de Lourdes, na Enseada do Suá e no Barro Vermelho são contra a inclusão de comércios nos bairros, com concepção residencial.

Segundo proposta da Secretária de Desenvolvimento da Cidade, os bairros residenciais devem incluir pequenos estabelecimentos para evitar o deslocamento de moradores.

No caso das ilhas do Boi e do Frade, a idéia é liberar empreendimentos turísticos em áreas que fazem divisa com o mar. Para isso, a Lei 6.180/04 terá que ser revogada. A legislação alterou o PDU, impedindo implanta-



IDÉIA. A proposta da prefeitura é que bairros residenciais devam ter pequenos comércios. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

Marilza Ferreira Celin.

“A concepção do bairro é residencial e pagamos mais por isso.” Segundo Marilza, há um projeto tramitando na Câmara para transformar a ilha em espaço de preservação permanente, a exemplo

da Ilha do Frade.

Um abaixo-assinado também foi feito pelos moradores da Ilha do Frade e da Mata da Praia, onde, no último domingo, foi realizada uma manifestação contra as mudanças do PDU com partici-

pação de 600 pessoas.

Assembléia. Ontem, foi realizada uma assembléia, na Ilha do Boi, com a presença do secretário Kleber Frizzera e mais de 80 moradores. Na ocasião, Frizzera recebeu dois abaixo-assinados e ouviu a posição dos moradores, radicalmente contrários à abertura para comércios.

No panfleto de convocação para a reunião, o aviso: “Lembre-se. Se você não protestar, vai acabar com uma pousada ou com um barzinho simpático com pagode ao lado da sua casa”.

PARA QUEM ESTÁ CHEGANDO AGORA:

O sr Prefeito está propondo mudanças no PDU da Ilha do Boi e do Frade, permitindo que sejam instalados pontos comerciais, hotéis, bares e restaurantes. Nós somos um bairro residencial, não temos espaço e nem condições de acomodar aqui pontos comerciais. Qualquer atividade comercial aqui vai atrair gente de fora, barulho, tráfego de veículos e insegurança.

Nosso movimento é para que se preservem nossas características originais de bairro residencial.

Lembre-se que se você não protestar e nos ajudar a lutar, vai acabar com uma pousada ou um barzinho simpático cheio de pagode ao lado da sua casa

NÃO ESQUEÇA DE ASSINAR O ABAIXO ASSINADO QUE FOI ENTREGUE EM TODAS AS CASAS E APARTAMENTOS DO BAIRRO EXIGINDO A MANUTENÇÃO DO PDU ATUAL.

AMPIB - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PROPRIETÁRIOS DA ILHA DO BOI
Fundado em 1975
Sede: Espaço Comunitário Nenel Miranda
R. Renato N. Daher Carneiro 620 - Ilha do Boi - Vitória - ES - 29052-900 - Tel: 3345 1649

ILHA DO BOI. Uma convocação distribuída aos moradores alerta que podem “acabar com um barzinho de pagode ao lado de casa”

Demais municípios discutem mudanças

Além da Capital, os demais municípios da Grande Vitória estão discutindo mudanças no Plano Diretor Urbano (PDU), agora chamado de Plano Diretor Municipal (PDM). As cidades incluem a participação popular, obrigatória para o planejamento da lei.

Em Cariacica, de acordo com a secretária de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Marinely Magalhães, um projeto de lei para implantação do PDU, parado na Câmara, retornou para análise. “Não houve participação da sociedade civil”.

Os técnicos da prefeitura iniciaram audiências públicas para que um novo projeto de lei seja encaminhado à Câmara até outubro de 2006.

Cariacica, conhecida como

ter sido aprovado em 1996 e atualizado em 1998, houve ocupação irregular do solo e criação de bolsões de pobreza. Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano, Desil Moreira Henrique, a intenção é a de que, com a perspectiva de crescimento da cidade, o processo não se repita.

As discussões começam, no final de agosto, com o lançamento da conferência da cidade, e a previsão é a de que o projeto de lei esteja concluído em agosto de 2006.

No próximo sábado, de acordo com o secretário de Planejamento de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha, Magno Pires, começa a discussão sobre PDU. Segundo ele, técnicos do Instituto Brasileiro vão rea-

Segundo proposta da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade, os bairros residenciais devem incluir pequenos estabelecimentos para evitar o deslocamento de moradores.

No caso das ilhas do Boi e do Frade, a idéia é liberar empreendimentos turísticos em áreas que fazem divisa com o mar. Para isso, a Lei 6.180/04 terá que ser revogada. A legislação alterou o PDU, impedindo implantação de hotéis, marinas e clubes náuticos.

"Estamos mobilizados e vamos pleitear nossos direitos e, em último caso, ir à Justiça", disse a presidente da Associação dos Moradores e Proprietários da Ilha do Boi (AMIB),

há um projeto tramitando na Câmara para transformar a ilha em espaço de preservação permanente, a exemplo

da Praia, onde, no último domingo, foi realizada uma manifestação contra as mudanças do PDU com partici-

Ilha do Boi, com a presença do secretário Kleber Frizzera e mais de 80 moradores. Na ocasião, Frizzera recebeu dois abaixo-assinados e ouviu a posição dos moradores, radicalmente contrários à abertura para comércios.

No panfleto de convocação para a reunião, o aviso: "Lembre-se. Se você não protestar, vai acabar com uma pousada ou com um barzinho simpático com pagode ao lado da sua casa".

Para Frizzera, as audiências continuarão sendo feitas; e não há proposta fechada por enquanto. As mudanças no PDU vão passar ainda pela aprovação da Câmara dos e a maioria dos moradores se mostra contrária à posição da prefeitura.

nejamento da lei.

Em Cariacica, de acordo com a secretária de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Marinely Magalhães, um projeto de lei para implantação do PDU, parado na Câmara, retornou para análise. "Não houve participação da sociedade civil".

Os técnicos da prefeitura iniciaram audiências públicas para que um novo projeto de lei seja encaminhado à Câmara até outubro de 2006.

Cariacica, conhecida como paraíso das imobiliárias, nunca teve um PDU e sofre as consequências da ocupação desordenada. "Houve prefeitos que incentivaram invasões, além do perímetro urbano, sem qualquer infra-estrutura".

Na Serra, apesar de o PDU

processo não se repita.

As discussões começam, no final de agosto, com o lançamento da conferência da cidade, e a previsão é a de que o projeto de lei esteja concluído em agosto de 2006.

No próximo sábado, de acordo com o secretário de Planejamento de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha, Magno Pires, começa a discussão sobre PDU. Segundo ele, técnicos do Instituto Brasileiro vão realizar os estudos, que devem estar concluídos em 9 meses. Na cidade, os temas são zoneamento do solo, atualização da lei do perímetro urbano e ocupação da orla até o limite com Guarapari. No interior, a maioria das cidades não tem PDU.

Em Jardim da Penha, luta por um cinema

Enquanto moradores de bairros residenciais de Vitória lutam contra a expansão comercial, em Jardim da Penha a situação é diferente. No bairro, a liderança quer alterar o Plano Diretor Urbano (PDU) para que seja possível a construção de um cinema no bairro. De acordo com o coordenador-geral da Associação de Moradores de Jardim da Penha, Renato Carvalho Castro, o cinema deve ser de pequeno porte para atender apenas os moradores do bairro. Segundo ele, no próximo dia 11 de agosto, uma audiência pública será realizada com os moradores, que também lutam por manter os gabaritos dos prédios reduzidos. A única exceção são os edifícios da Avenida Fernando Ferrari, que obedecem outro gabarito.

O QUE A PREFEITURA QUER MUDAR NO PDU

■ **Comércio turístico.** Nas ilhas do Boi e do Frade - permissão para funcionamento de estabelecimentos de lazer e turismo, como restaurantes e pousadas, em lotes que fazem divisa com o mar. A idéia é explorar o potencial das ilhas, que possuem visão privilegiada da ilha de Vitória

■ **Abertura para comércio em bairros residenciais.** A intenção é permitir pequenos comércios, como padarias e farmácias, em bairros essencialmente residenciais, para evitar o deslocamento dos moradores para outros locais, interfe-

rindo no trânsito

■ **Participação popular.** Realização de audiência pública, anterior à aprovação de projetos de grande porte. No PDU em vigor, era obrigatório apenas a elaboração do relatório de impacto urbano. A consulta popular será obrigatória, tanto para empreendimentos particulares quanto públicos. Nesse caso, obras como a do Wall Mart e a duplicação da Fernando Ferrari, teriam de passar pela consulta dos moradores

■ **Novas vagas de estacionamento.** Os estudos prevêem

mais vagas de estacionamento na cidade para que os carros não fiquem nas ruas e sobre as calçadas. A discussão envolve ainda novas áreas de estacionamento rotativo, a exemplo do que ocorre no Centro

■ **Construção de ciclovias.** Elaboração de um projeto, nos próximos dois anos, para construção de uma rede cicloviária, dando condições seguras de acessibilidade a pessoas que estão, cada vez mais, usando bicicletas ao invés do transporte intermunicipal. Áreas emergenciais seriam a ponte Florentino Ávidos e Centro

■ **Operação Urbana Consorciada.** Parceria entre o poder público e a iniciativa privada para incentivar novas construções em áreas pouco atrativas. Um exemplo seria a Prefeitura vender parte de um terreno, usado para construção de um equipamento público, a um particular, que se beneficiaria com a valorização do imóvel. Em contrapartida, ele teria de investir na área em pequenas obras, previstas pela Prefeitura. Áreas para esse fim, inicialmente, seriam Goiabeiras, Pontal de Camburi, Ilha de Santa Maria, Enseada do Suá, Leitão da Silva, Centro

e São Pedro

■ **Baixar gabaritos dos prédios.** Reduzir a área construídas de empreendimentos na Praia do Canto (de 3 para 2.1), Jardim Camburi (2.4 para 1.95), Enseada do Suá (3 para 2.4) e Jardim da Penha (3 para 2.4). O coeficiente indica quantas vezes a área construída pode ser explorada em relação à área do terreno. Nesse caso, em mil metros quadrados, na Praia do Canto, pode ser construído um prédio de 2,1 mil metros quadrados. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade

DATAS DAS AUDIÊNCIAS

■ **Dia 2 de agosto.** Regional 2 - Santo Antônio, Ilha dos Príncipe, Mário Cipreste, Cabral, Quadro, Caratoira, Bela Vista, A. Favalessa, Santa Tereza, Inhanguetá, Estrelinha, Universitário, Grande Vitória). Na Escola Alberto de Almeida, em Santo Antônio

■ **Dia 4 de agosto.** Regional 6 - (Goiabeiras, Boa Vista, Antônio Honório, Segurança do Lar, Sólton Borges, Maria Ortiz, Jabour). Na Escola Marechal Mascarenhas de Moraes, em Maria Ortiz

■ **Dia 9 de agosto.** Regional 6 - Jardim Camburi. Na Escola Elzira Vivacqua dos Santos

■ **Dia 11 de agosto.** Regional 6 - Jardim da Penha, Pontal de Camburi, Mata da Praia, Morada de Camburi e Bairro República. Na Escola Éber Louzada Zippinotti, em Jardim da Penha

■ **Dia 16 de agosto.** Regional 5 - Barro Vermelho, Ilha do Frade, Praia do Canto, Santa Helena, Enseada do Suá, Santa Luiza, Ilha do Boi, Praia do Suá, Santa Lúcia - Na Igreja Batista, Rua Saul Navarro

■ Fonte: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade de Vitória.

OPINIÕES

"A Ilha do Boi deve ficar como está"

MARILZA CELIN

Presidente da Associação dos Moradores da Ilha do Boi

"Dizem que causamos impacto quando vamos comprar pão em bairros vizinhos, mas não lembram que sofremos com o fluxo da população da Grande Vitória, que frequenta nossas duas praias. Temos um hotel, um clube e as praias. A ilha não comporta botecos nem padarias. Quiosques já existem a 300 metros daqui e ficam fechados por falta de demanda. Queremos que a Ilha fique como está, que não mexam nela."

"Invasão comercial traz prejuízos"

VIRGÍNIA BRANDÃO

Representante dos moradores da Enseada do Suá

"A maioria quer preservar os direitos de bairro residencial, mas vamos fazer audiência, na quarta-feira, que confirmará isso. A concepção do bairro é de residências, mas a legislação foi ferida em 1996, dando abertura a comércio em duas ruas. E outras também foram invadidas. A prefeitura precisa pensar as mudanças, com critérios, para que não haja uma invasão comercial, o que pode acabar com a cidade."

"As ruas são estreitas; e o esgoto, limitado"

MANOEL HENRIQUE PEREIRA

Presidente da Associação de Moradores da Mata da Praia

"O bairro foi concebido com uma estrutura residencial: as ruas são estreitas e sistema de esgoto limitado. Além disso, pagamos mais por isso, e o comércio vai descaracterizar a característica residencial. Algumas ruas já foram liberadas para o comércio e notamos carros estacionados nas calçadas, bares com cadeiras na rua. Sabemos de comércios ilegais, mas a prefeitura não toma providências."

"Na hora de ter paz, vivemos essa pressão"

ÁTILA JOSÉ DOS SANTOS

Liderança de Morada de Camburi

"Tivemos uma luta enorme para adquirir nossos imóveis que, segundo a concepção em 1979, seriam estritamente residenciais. Pagamos nossas prestações por 20 anos e quando pensamos em respirar aliviados há essa pressão de inserir comércios no bairro. Decidimos que não queremos comércio aqui. Queremos que o prefeito nos ouça para que a qualidade de vida não seja deteriorada."

"A palavra final será da Câmara"

JOSÉ CARLOS LYRIO ROCHA

Presidente da Associação de Moradores da Praia do Canto

"Somos radicalmente contra permissão de áreas comerciais nas ilhas, que perderiam suas características. Tentamos impedir o avanço comercial na Praia do Canto. Pensamos até em moratória de novas construções, o que a prefeitura nunca aceitou. Temos mais estabelecimentos do que se deveríamos ter, apesar das restrições comerciais. Estamos mobilizados contra as mudanças, e a palavra final será da Câmara."